

Na prossecução da sua atividade, a IP Telecom (ex-REFER Telecom) criou um centro de processamento de dados (CPD), sediado em Contumil, no Porto, com todas as condições ambientais e de segurança, com espaços adequados, que podem ser disponibilizados para a instalação de bastidores de equipamentos de processamento de dados e comunicações.

Nos termos do Despacho conjunto n.º 20777/2009, de 7 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 16 de setembro, a Administração Interna iniciou a utilização do CPD de Contumil como Centro de Dados Alternativo de Continuidade de Negócio da RNSI.

Considerando os avanços tecnológicos com a necessidade de aumento de alojamento de *racks* da RNSI e de modo a garantir a redundância e securização das conectividades entre os Centros de Dados da Administração Interna (Oeiras e Contumil), importa renovar e atualizar as condições acordadas no mencionado despacho de 7 de setembro de 2009, firmando-se um novo Despacho entre os membros do Governo que tutelam as entidades em causa.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — A IP Telecom disponibilizará no seu CPD de Contumil espaço para 24 bastidores e condições ambientais (energia e climatização) e de segurança para a exploração do CPD alternativo da Administração Interna (RNSI).

2 — A IP Telecom disponibilizará acesso físico ao seu CPD para efeitos de montagem e gestão a um conjunto de pessoas da Administração Interna (RNSI) devidamente identificadas e credenciadas.

3 — A IP Telecom disponibilizará, através das suas redes de fibra ótica, as conectividades entre os Centros de Dados devidamente securizadas e redundantes entre o CPD alternativo da Administração Interna em Contumil e o CPD do MAI em Oeiras.

4 — A IP Telecom disponibilizará aos OPC (órgãos de polícia criminal) da Administração Interna, através de comunicação segura garantida pela RNSI, acesso às imagens de videovigilância mediante um “trust” entre os diretórios para um perfil de utilizadores da Administração Interna atribuído a um conjunto de utilizadores identificados e formalmente autorizados pelos respetivos superiores hierárquicos, desde que cumpridos os requisitos legais para acesso à informação.

5 — A disponibilização de imagens prevista no número anterior deve ser suportada em interligação de fibra ótica entre a IP Telecom e o CPD da Administração Interna em Contumil e em Oeiras.

6 — O montante a prestar à IP Telecom, para efeitos dos pontos anteriores, é de € 149.300,00 (cento e quarenta e nove mil e trezentos euros) anuais, podendo ser avaliado anualmente para aferir da sua adequação, e ajustado caso se verifique essa necessidade.

31 de janeiro de 2017. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*. — 2 de fevereiro de 2017. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d’Oliveira Martins*.

310232798

JUSTIÇA

Conselho dos Oficiais de Justiça

Aviso n.º 1675/2017

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 4 de outubro de 2001, faz-se público o resultado da eleição dos Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 99.º do Dec. Lei n.º 343/99 de 26/08.

Número de eleitores inscritos — 7703

Número de votos expressos — 3901

Votos brancos — 601

Votos nulos — 133

Votos obtidos pela Lista A — 3167

São os seguintes os Oficiais de Justiça eleitos, nos termos do artigo 35.º do citado Regulamento:

Distrito Judicial de Lisboa

1.º Celso Augusto de Monegundes Duarte Celestino — Técnico de Justiça Principal do Núcleo de Loures do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte.

Distrito Judicial de Porto

2.º Maria Filomena Alves Leal — Secretária de Justiça no Núcleo do Porto do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra

3.º Rui Octacílio Lima Chaves Cândido — Escrivão Auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra.

Distrito Judicial de Évora

António Silvestre Silva Nunes — Escrivão de Direito no Núcleo de Portimão do Tribunal Judicial da Comarca de Faro.

27 de janeiro de 2017. — O Presidente da Comissão de Eleições, *Luis Borges Freitas*.

310244518

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 1482/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e nos termos do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, conjugado com o n.º 4, do artigo 49.º e artigo 50.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que por despacho do Diretor-Geral da Administração da Justiça de 27 de janeiro de 2017, foram convertidas em definitivas as colocações provisórias dos seguintes escrivães auxiliares e técnicos de justiça auxiliares, com efeitos às datas indicadas, passando a remuneração a corresponder ao escalão 1.º, índice 290, da escala salarial dos oficiais de justiça.

Nome	Categoria	Data de efeitos
Alexandra Cristina Marques da Silva.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Alexandra Ferreira de Oliveira . . .	Escrivão Auxiliar	07.11.2016
Ana Isabel Loureiro Gomes	Escrivão Auxiliar	10.11.2016
Ana Lúcia Navio da Silveira	Escrivão Auxiliar	14.11.2016
Ana Maria Souto da Costa	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
Ana Rosa Domingues da Silva Maia.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
André da Silva Rebelo	Técnico de justiça Auxiliar.	20.11.2016
Andreia Filipa Lopes Ferreira	Escrivão Auxiliar	12.11.2016
Ángela Sofia Ramalho de Oliveira	Escrivão Auxiliar	20.11.2016
Bárbara Loureiro Marques	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carina Filipa Lopes Pedra	Escrivão Auxiliar	12.11.2016
Carina Marisa Gonçalves Dias.	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carla Andreia Alves Abade	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Carlos Manuel Barbosa Mendes Alves	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Célia Melissa Lopes Ferreira	Técnico de justiça Auxiliar.	12.11.2016
Cristiana Maria Martins da Silva . . .	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Daniel Filipe Santos Ramos	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Daniel Humberto Caires Sá	Escrivão Auxiliar	18.11.2016
David Alexandre da Costa Lourenço.	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Débora Sofia Caramelo Júlio	Escrivão Auxiliar	11.11.2016
Diana Cristina Maciel da Silva	Escrivão Auxiliar	21.12.2016
Diana Margarida Rodrigues dos Santos	Escrivão Auxiliar	12.12.2016
Diana Sofia Borlido Pereira	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Diogo Miguel Serrão Borges	Escrivão Auxiliar	16.11.2016
Eduardo de Matos Monteiro	Escrivão Auxiliar	17.11.2016
Filipa Daniela Neves de Castro	Técnico de justiça Auxiliar.	08.11.2016
Filipa dos Santos Gonçalves	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Filipe Daniel Moreira Leitão	Escrivão Auxiliar	13.11.2016
Flávio Ortins Ferreira da Silva.	Técnico de justiça Auxiliar.	09.11.2016
Helena Isabel Alcacarenho Santos . . .	Escrivão Auxiliar	05.11.2016
Henrique Miguel de Jesus Dias	Escrivão Auxiliar	10.12.2016
Hugo Wilson Santos Abreu Pestana Ascensão.	Técnico de justiça Auxiliar.	24.11.2016
Joana Figueira Rodrigues.	Escrivão Auxiliar	06.11.2016
Joana Filipa Campos Martins.	Técnico de justiça Auxiliar.	09.11.2016
Joana Pais Ribeiro	Escrivão Auxiliar	21.11.2016
João Pedro de Carvalho Henriques	Escrivão Auxiliar	09.11.2016
José Henriques Gonçalves Farias	Escrivão Auxiliar	20.11.2016
Juliana Isabel da Silva Tavares	Escrivão Auxiliar	14.11.2016
Laurinda Ferreira da Ressurreição . . .	Escrivão Auxiliar	07.11.2016